

Colonialidade do Saber, Dependência Epistêmica e os Limites do Conceito de Democracia na América Latina

Recebido: 21-03-2018
Aprovado: 30-03-2018

Fabrizio Pereira da Silva¹
Paula Baltar²
Beatriz Lourenço³

Introdução

Esse artigo discute as noções de “democracia” e de “golpe”, a partir de uma reflexão sobre a dependência epistêmica – e conseqüentemente acadêmica – vivenciada pelas ciências sociais na América Latina, particularmente pela ciência política. Isso será realizado partindo-se de uma abordagem baseada na teoria crítica, entendida de forma ecumênica – o que implica em recolher contribuições analíticas de teorias marxistas, dependentistas, pós-coloniais, pós-estruturalistas, decoloniais, entre outras fontes. Lançaremos mão mais especificamente aqui das noções de colonialidade (do saber) e de dependência (epistêmica). A produção acadêmica latino-americana de um modo geral é atravessada por diversos fatores relacionados a seu passado colonial e posterior posição dependente no sistema internacional. Desde o início do processo de conquista e colonização da América, as relações de poder desenvolvidas na região engendraram um processo de constrangimento, silenciamento e subordinação que se manteria e se reinventaria mesmo após o fim formal da colonização. Mesmo que independentes, as nações latino-americanas se viram influenciadas por inúmeras estruturas de poder derivadas das relações coloniais. Dessa maneira, a colonização na América finda, mas estruturas de dominação e dependência internacional são mantidas.

Nas sociedades latino-americanas em formação, se mantiveram distinções originadas das relações coloniais, bem como uma relação de subordinação de suas nascentes

¹ Professor Adjunto do Departamento de Estudos Políticos e Professor do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Colíder do Centro de Análise de Instituições, Políticas e Reflexões da América e da África (CAIPORA), Grupo de Pesquisa sediado na UNIRIO. Investigador Associado do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA-UEM) de Moçambique. Professor da Maestría en Estudios Contemporáneos de América Latina da Universidad de la República (UdelaR) do Uruguai. Professor do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Email: fabriciopereira31@gmail.com

² Mestra em Ciência Política pelo PPGCP da UFF. Email: paulabaltar2@gmail.com

³ Mestra em Ciência Política pelo PPGCP da UFF. Email: beatriz.lourenco34@gmail.com

intelectualidades em relação a seus congêneres dos países centrais. Desde o próprio momento de constituição dessas intelectualidades, deu-se o (auto)reconhecimento delas enquanto periféricas. Elas foram marcadas desde o princípio por uma “consciência de ser periferia” (Devés Valdés, 2014). As ciências sociais latino-americanas herdaram esse lugar periférico, estando permeadas por problemáticas relacionadas ao seu lugar de desenvolvimento e às suas condições de legitimação externa e interna. A partir das noções de colonialidade do saber e de dependência epistêmica (e acadêmica), tentaremos entender as limitações das ciências sociais latino-americanas e particularmente da ciência política, de seu espaço e de seu poder analítico – em contraposição a um sistema valorativo do conhecimento baseado numa particular localização geopolítica do saber que se apresenta como “universal”. Procuraremos fazê-lo a partir da ideia de “democracia” e a possibilidade de sua ruptura (o “golpe de Estado”) exatamente porque consideramos que os estudos em torno do tema constituem a preocupação central da ciência política da região nas últimas décadas.

Na primeira parte do artigo, será defendido brevemente que há uma relação entre a colonialidade do saber e a dependência epistêmica (e conseqüentemente acadêmica) de um lado, e limitações e insuficiências teóricas e conceituais vivenciadas pelas ciências sociais latino-americanas (particularmente pela ciência política) de outro. Na segunda e na terceira partes, nos concentramos na reflexão sobre teoria democrática e as democracias latino-americanas. Discutiremos especificamente as noções de democracia e de golpe, de modo a mostrar como uma compreensão desses dois conceitos restrita e inadaptada a realidades e a temporalidades distintas se mostra problemática para a compreensão de diversos aspectos da realidade latino-americana contemporânea. Essa inadequação fica particularmente evidente ao se estudarem fenômenos como a crise das instituições representativas, bem como os neogolpismos. Ao discutir os conceitos de democracia e de golpe, serão mencionadas algumas reflexões e conceitos de autores que vêm trabalhando a partir de teorias contra-hegemônicas⁴ e menos eurocêntricas da democracia e da política de um modo geral. Estes esforços poderiam constituir-se em embriões de uma reflexão democrática desde o Sul Global.

Colonialidade do Saber e Dependência Epistêmica

⁴ O texto é atravessado pela noção de hegemonia e de contra-hegemonia em sentido gramsciano. Optou-se por essa terminologia em lugar de outras de aparência mais “neutra” como por exemplo “majoritária” e “minoritária”, exatamente para explicitar que a reflexão política está atravessada por conflitos e disputas que eventualmente geram aparentes consensos temporários, como em qualquer outro campo. O fundamental é que essas disputas sejam agônicas e não antagônicas, ou seja, entre posições adversárias e não inimigas (no sentido definido por Mouffe, 2005).

Com o desenrolar dos séculos, o colonialismo se consolidou na América Latina de tal forma que, mesmo com a independência e formação de Estados nacionais, a lógica colonial permaneceu nas estruturas sociais, imbricada com a expansão e impacto do imperialismo e do capitalismo no subcontinente. Esta lógica, que foi construída no imaginário dos colonizados ao longo do tempo, se naturalizou na forma de uma colonização internalizada. O que resulta desse longo processo é claramente visível nos dias de hoje. Como exemplo temos a manutenção da colonialidade do poder e de uma dependência cultural (não apenas social e econômica), que implicam na hegemonia eurocêntrica como perspectiva de conhecimento.

Neste contexto de colonialidade do poder (Quijano, 2005), as populações dominadas têm suas identidades submetidas à hegemonia eurocêntrica, que define o que é conhecimento. Assim, o imaginário construído ao longo da formação de um sistema colonial/moderno resulta na mutilação epistemológica, a partir da dominação hegemônica do pensamento eurocêntrico, restringindo progressivamente a ecologia de saberes e estabelecendo linhas abissais entre eles (Santos, 2010).

Ao longo de toda a modernidade foi se estabelecendo uma soberania em relação à forma como se pensava e se produzia conhecimento. Essa soberania era pautada em modelos epistemológicos hegemônicos dentro da ciência moderna, de forma a subalternizar as formas desviantes daquela institucionalizada, impedindo sua emergência ou cerceando seu desenvolvimento. Ao contemplarmos a relação intrínseca entre modernidade e colonialidade, é difícil não pensar nas relações entre nações na modernidade sem levar em consideração a dimensão colonial. É *pari-passu* com a modernidade e o imperialismo colonial das nações europeias, associados intrinsecamente à expansão do capitalismo, que a colonialidade do poder e do saber se originam.

A teoria de Quijano sobre a colonialidade propõe uma concepção da diferenciação colonial e epistêmica, onde a colonialidade se transfere do âmbito do poder para o campo do saber, construindo a colonialidade do saber que age de forma a manter a hegemonia eurocêntrica como perspectiva superior do conhecimento. A formação do contexto internacional de sistema-mundo e do paradigma moderno/colonial faz com que o fim do colonialismo não resulte no fim da colonialidade. Mesmo após a independência do jugo colonial de outras nações, ela permanece permeando as relações. Desse modo, o jogo de poder e dominação em diversos aspectos se mantêm como no âmbito do conhecimento. As ciências sociais se constroem neste espaço de dominação e são atravessadas por essas relações de poder. O conhecimento se desenvolve dentro do espaço que lhe é

“disponibilizado”, e a partir da episteme “oferecida”. Essa episteme está sustentada numa estrutura de poder que garante a hegemonia dos dominantes, ao mesmo tempo em que deslegitima as manifestações contra-hegemônicas. Desta forma, o conhecimento está organizado segundo os centros de poder e subordina as regiões periféricas. Ao mesmo tempo, esse conhecimento hegemônico se constrói e difunde segundo a ideia moderna de ciência universal, ou seja, se propaga na periferia de forma a criar a ilusão de um conhecimento abstrato e universal (Tirado, 2009).

A ideia de conhecimento universal legitima o pensamento eurocêntrico como único, da mesma forma que se deriva dele. O estabelecimento dessa proposição opera de forma silenciosa a calar formas de pensar à margem do padrão. Esta forma de genocídio intelectual pode ser considerada uma violência epistêmica. Esta atinge a episteme de um indivíduo/povo e está principalmente ligada ao contexto histórico da modernidade e do colonialismo. Se apresenta como a violência relacionada a determinado conhecimento, podendo ser entendida como uma forma de exercício de poder simbólico de um indivíduo, grupo ou nação sobre um outro através do conhecimento científico, como forma de invisibilizar este outro (Spivak, 2010). A violência epistêmica se apresenta como uma relação de poder e dominação perpetrada no campo do conhecimento, permitindo que determinada visão de mundo se imponha sobre outras, impossibilitando sistemas de conhecimento e produção de saberes alternativos e alterando as visões dos povos colonizados (Gnecco, 2009).

Dessa maneira, cometer o ato de violência epistêmica seria obstruir e diminuir deliberadamente a validade de métodos e tentativas de produção de conhecimento distintos dos ocidentais. Muitas vezes as epistemologias não-hegemônicas são consideradas insuficientemente elaboradas e ingênuas, além de provincianas ou específicas, sem valores universalizáveis, sendo relevantes no máximo para a compreensão de fenômenos locais. Essa atitude resulta no não reconhecimento de reflexões que não se adéquam ao padrão instituído. Ao negar a determinada produção um espaço de reconhecimento, além de manter leituras hegemônicas há o impedimento de que sejam reconhecidas leituras autônomas produzidas na periferia.

Consideramos então que,

Ainda que o pós-colonialismo não tenha sido capaz ou preocupado com a elaboração de uma teoria da democracia, suas contribuições são fundamentais para sua de(s)colonização. Como se sabe, a teoria política democrática contemporânea pouco assimilou aquilo que genericamente pode ser enquadrado como os olhares e as vozes do Sul Global – uma categoria por certo essencialista e talvez ultrapassada, mas que ainda representa as relações de subalternidade e colonialidade dos poderes político, econômico

e cultural, no plano da metáfora hemisférica que remete à própria noção de desigualdade em nível mundial (Ballestrin, 2016, p. 394).

Observar os processos que resultam em uma dominação no campo da produção de conhecimento é vital para que se compreenda a situação na qual as ciências sociais latino-americanas (parte daquele Sul Global) se encontram. Essa tarefa tem sido enfrentada por estudiosos latino-americanos desde a segunda metade do século XX, a partir de perspectivas críticas diversas como a marxista, dependentista, pós-estruturalista, pós-colonial, decolonial, etc. Como resultado do legado cultural, histórico e político do colonialismo, foi desenvolvida uma relação de dependência no âmbito da produção de saber, resultante de uma estrutura de dominação que no campo do conhecimento se manifesta através da colonialidade do saber. O que resulta deste processo é o que chamamos de dependência acadêmica. Trata-se de uma relação que no campo das ideias implica na dominação de padrões de investigação, ensinamento e estudo. Essa dependência, apesar de não impedir a produção de conhecimento fora da perspectiva hegemônica, nega espaço para o seu reconhecimento e desenvolvimento.

De forma não heterônoma, a dependência acadêmica se constrói a partir do legado eurocêntrico que deslegitima o conhecimento periférico em nome da manutenção de um conhecimento dito universal, mas circunscrito geo-historicamente. Se constrói a partir de uma estruturação desigual tanto da produção quanto da distribuição do conhecimento no âmbito científico internacional, ou seja, a partir uma imposição externa de divisão do trabalho científico a partir da relação centro e periferia (Beigel, Sabea, 2014).

Conceitos, ideais, temáticas e métodos são definidos e controlados a partir das ciências sociais dos países centrais. A institucionalização desses padrões torna as ciências sociais não hegemônicas dependentes da importação de modelos produzidos em outras realidades, mas “dotados” de aparente universalidade. Entretanto, quando se observa que a relação de dependência acadêmica não é heterônoma, há que se dedicar à observação da produção autóctone de conhecimento, e a produzir discursos alternativos com base em experiências históricas locais e regionais.

A desconstrução desta relação e o questionamento da ordem instituída no meio acadêmico se faz necessária para o desenvolvimento da pesquisa científica em países periféricos, fazendo com que as discussões em torno das ciências sociais não sejam realizadas de forma unilateral desde o centro, mas que observe também as contribuições originárias das periferias sem que estas sejam deslegitimadas ou subalternizadas. É necessária a compreensão de que o mundo é um lugar complexo, diversificado e multicultural. Entretanto,

a modernidade se apresenta como um lugar histórico no qual a produção do conhecimento científico é ditada segundo um modelo único de epistemologia, o que resulta na descontextualização do conhecimento e impossibilita a emergência de outras formas de conhecimento para além das definidas por este paradigma.

O predomínio de modelos teóricos e analíticos produzidos para outras realidades explicita a necessidade das ciências sociais latino-americanas pensarem de forma mais autônoma, ou seja, produzirem seus próprios modelos teóricos segundo suas experiências e realidades. Se mostra cada vez mais difícil encarar as mudanças e os processos sociopolíticos ao redor do globo a partir de modelos analíticos predefinidos, autodotados de universalidade. Isso daria espaço para a produção de modelos analíticos a partir de experiências relacionadas às realidades nas quais tais modelos serão aplicados, contribuindo para o desenvolvimento de Epistemologias do Sul e para o incremento da ecologia de saberes (Santos, op. cit.). Vamos procurar entender então de que modo a colonialidade do saber e o fenômeno da dependência epistêmica (e acadêmica) afetam as reflexões da ciência política latino-americana, tomando como base o debate dos conceitos de democracia e de golpe – na medida em que a reflexão sobre a democracia (e sua ruptura) tem sido central para a disciplina na região nas últimas décadas.

Democracia, Democracias

Nas últimas décadas, a democracia se tornou um significante com sentido positivo, bem como um elemento central para as reflexões da maior parte da literatura produzida pela ciência política na América Latina. Estas reflexões passaram por distintas fases. De forma resumida, pode-se afirmar que, de meados dos anos 1970 a meados dos 1980, o debate se concentrou no tema da “transição” democrática (O’Donnell, Schmitter, Whitehead, 1986). Do final dos anos 1980 ao final dos 1990, multiplicaram-se as formulações acerca da “consolidação” democrática (Mainwaring, O’Donnell, Valenzuela, 1992; Linz, Stepan, 1999). Finalmente, desde os anos 2000, tem se refletido sobre meios de se avaliar e medir a “qualidade” das democracias (Altman, Pérez-Liñan, 2002; Diamond, Morlino, 2005; Levine, Molina, 2007; Alcántara Sáez, 2009). Grosso modo, é como se a preocupação em meio às ditaduras em quase toda a região tivesse sido encontrar caminhos para sair delas na direção de regimes democráticos. Posteriormente, como estabilizar esses novos regimes. Finalmente, como melhorá-los.

No entanto, há diversos problemas nesse tipo de reflexão. Ela parece estar sempre a sugerir que há um caminho unívoco a ser percorrido, que iria desde as autocracias até as “melhores” democracias. Nesse argumento está implícita uma noção de progresso típica dos paradigmas da modernidade, e eventualmente uma ideia de irreversibilidade evolutiva. Também está implícito qual é o parâmetro a definir as melhores democracias: os regimes políticos dos países centrais da modernidade. Para definir o que é democracia e o que é uma “boa” democracia, supõe-se que há um único modelo de democracia, e a partir dele define-se quando os regimes podem ser considerados democracias, quando são democracias “estáveis” e “irreversíveis” (como se isso fosse possível), e finalmente entre estas quais são as “melhores” e as “piores”.

Ademais, essas análises são amplamente calcadas na avaliação e comparação de instituições. Tal abordagem institucionalista é limitadora, mas isso não deve surpreender nesse caso, na medida em que as instituições vêm a ser a principal (para não dizer exclusiva) preocupação de quase toda a ciência política, em seu centro e conseqüentemente na América Latina. Talvez mais problemático seja constatar que, a partir do momento em que se parte de um modelo implícito (as democracias dos países centrais) para definir o que é democracia e quais dentre elas são as melhores, não é muito difícil imaginar quais serão as instituições consideradas essenciais para a constituição de democracias – instituições que devem ser replicadas em todas as partes.

Consideramos então que os estudos sobre democracia na região se inserem num campo de preocupações excessivamente delimitado pela ciência política latino-americana hegemônica – que é epistemologicamente dependente da ciência política dos países centrais. Em nossa região, depois de uma “transitologia” e de uma “consolidologia”, temos uma “qualitologia” a definir como nossas democracias estão se portando, e como deveriam se portar.

No entanto, devemos defender alternativamente que democracia é mais do que instituições de representação, mediação, seleção de elites: é também um conjunto de crenças e valores e um modo de vida, carregados de potencial igualitário. Isso permite recorrer a concepções de democracia mais expandidas e substantivas, incluindo elementos de justiça redistributiva (Pereira da Silva, 2015). Democracia é uma noção polissêmica e em constante desenvolvimento e disputa que, no entanto, foi padronizada (logo empobrecida) nas últimas décadas – e os setores hegemônicos da ciência política no centro e na periferia têm responsabilidade nesse processo. Em suma, deve-se expandir a noção de democracia, reconhecer a pluralidade do conceito e de suas práticas, bem como aceitar sua historicidade (a

democracia assumiu diversos sentidos e formas no passado, e adquirirá outros mais no futuro). Trata-se de ideias contra-hegemônicas no campo, hegemônicas por uma perspectiva analítica institucionalista e de viés liberal, ademais pouco afeita ao reconhecimento de que democracia é um significante em disputa, definido pelos conflitos sociais e simbólicos, que por isso terá significados diversos de acordo com o lugar e ao longo do tempo.

Para o debate sobre quais regimes latino-americanos são democráticos, e quais entre estes apresentam democracias de mais “qualidade”, reconhecer as premissas acima mencionadas não é pouco. Essas abordagens alternativas interfeririam em suas principais premissas, em suas metodologias e conseqüentemente na produção de seus resultados. Desconhecer a “demodiversidade” de ideias e instituições em torno do que é democracia implica em conseqüências sérias para os regimes democráticos realmente existentes – particularmente se estes são periféricos e se fomentam projetos e alianças internacionais alternativas. Sua legitimidade interna e externa, o tratamento que recebem da mídia, sua capacidade de financiamento, mesmo a inviolabilidade de suas fronteiras, tudo isso passa a ser determinado a partir de um “sarrafo” (o ponto preciso em que um regime se torna democrático, e a partir dele em que nível ele se constitui numa boa democracia). A literatura sobre democracia e “qualidade da democracia” define de que material é feito e que formato tem o sarrafo, bem como qual deve ser sua altura. Isso está em disputa como em qualquer questão política, o que por vezes é encoberto sob a aparência de uma objetividade científica. Para Santos e Avritzer (2009), a

Comparação entre os estudos e debates sobre a democracia nos anos [19]60 e na última década leva-nos facilmente à conclusão de que em nível global se perdeu demodiversidade nos últimos trinta anos. Por demodiversidade entendemos a coexistência pacífica ou conflituosa de diferentes modelos e práticas democráticas. Nos anos [19]60, se, por um lado, o modelo hegemônico de democracia, a democracia liberal, parecia destinado a ficar confinado, como prática democrática, a um pequeno recanto do mundo, por outro lado, fora da Europa ocidental e da América do Norte existiam outras práticas políticas que reivindicavam o status democrático e o faziam à luz de critérios autônomos e distintos dos que subjaziam à democracia liberal. Entretanto, à medida que essas práticas políticas alternativas foram perdendo força e credibilidade, foi-se impondo o modelo de democracia liberal como modelo único e universal (pp. 71-72).

Em suma, definições formais e atravessadas por valores liberais do que seria democracia são propostas hegemonicamente pela ciência política em todo o globo como se fossem os únicos parâmetros possíveis, realistas e científicos (Schumpeter, 1976; Downs, 1999; Sartori, 1994; Bobbio, 2004), e tal visão é replicada pela ciência política latino-americana. Nessa visão, a democracia é basicamente um sistema de instituições para a eleição de representantes ou formação de decisões, enquanto os direitos individuais e grupos minoritários são respeitados. Como na definição de Schumpeter: “o método democrático é

aquele arranjo institucional para chegar a decisões políticas pelas quais indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma disputa competitiva pelo voto do povo” (1976, p. 269). Ou na de Bobbio: “[democracia é] um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados” (2004, p. 22).

Definir o formato do sarrafo, seu material e sua altura é um problema particularmente para avaliar a o que é democracia e sua “qualidade” em governos de esquerda, e o problema aumenta quanto mais à esquerda eles estiverem. Se temos uma concepção de democracia e do que sejam instituições democráticas basicamente calcada em valores liberais, será muito difícil considerar que um governo de esquerda (se ele for efetivamente de esquerda) fará muito pela democracia. Não é muito difícil observar, por exemplo, que um modelo de avaliação de “qualidade da democracia” calcado em valores liberais interpretará como déficits na qualidade quaisquer déficits da estabilidade, que necessariamente ocorrerão em processos de transformações sociais estruturais. Compreenderão como ataques às liberdades individuais as eventuais tentativas de pluralizar uma mídia empresarial oligopolizada e de intervenção estatal. Avaliarão como ameaças à democracia modificações que afetem o desenho institucional, ainda que sejam sustentadas por amplas maiorias em plebiscitos ou referendos. Não saberão valorizar a expansão da participação nas decisões coletivas e na formulação e implementação de políticas públicas. E assim sucessivamente.

Estes governos serão geralmente tratados como “populistas”, no limite como “autoritários”. “Populista” é uma terminologia de combate, utilizada para atacar tudo que alguém não gosta politicamente. Geralmente, para atacar tudo que na periferia se afasta do que observadores do centro e a intelectualidade liberal-cosmopolita da própria periferia (formada nos cânones do centro) esperam da representação, das instituições, das lideranças e dos partidos. A única formulação destacável de populismo com um caráter distinto é a de Laclau (2009). Para o autor, populismo não é algo “perigoso”, que está nas margens da atividade política, mas faz parte do funcionamento de toda comunidade. Laclau valoriza os aspectos “irracionais” do populismo vistos como “retóricos”, expandindo o papel da irracionalidade a toda atividade política e resgatando a retórica como parte de uma “racionalidade social ampliada”. O que é considerado “vago” e “dicotômico” nas construções populistas constitui para o autor uma necessidade inerente à lógica política. Esta tem que ser vaga para absorver a complexidade e a heterogeneidade social, e deve ser dicotômica pois a construção de identidades e a equivalência de demandas passam por uma operação simplificadora.

Laclau parte da noção de “demanda”, assinalando que, em todo ato social, coexistiriam a lógica da diferença e a lógica da equivalência, numa tensão sempre presente. Num sistema institucional que fosse capaz de processar demandas separadamente, estas não encontrariam equivalência entre elas, seguindo como demandas particulares. Numa sociedade que demonstra dificuldades em processá-las (e todas encontram tais dificuldades em diferentes graus), abre-se a possibilidade para o surgimento da lógica da equivalência, formando cadeias de demandas, constituindo a base para qualquer construção hegemônica alternativa. Na medida em que a tensão entre diferença e equivalência é insuperável, a totalidade é impossível. O lugar da totalidade é “vazio”, e só pode ser preenchido através de uma simplificação. Sem deixar de ser particular, uma parte (*plebs*) teria que assumir, através de uma “nominação” (“investidura radical”), a representação do todo (*populus*). A identidade que quer se tornar hegemônica é a parte que assume o papel do todo, tornando-se nesse processo o que o autor chama um “significante vazio”, não por não poder ser significado, mas por estar representando um espaço constitutivamente impossível. Formar-se-ia então uma equivalência entre partes, através da representação do todo por uma das partes.

A abordagem de Laclau é interessante, porém mais confunde do que explica, se 1) quando falamos de populismo sempre se compreende outra coisa que não o que Laclau propunha, e se 2) a ideia laclauiana de significante vazio a ser preenchido implica no limite que toda política possa ser populista. Deve-se questionar então a validade de um conceito que para quase todos significa algo negativo, e que nessa nova formulação proposta é tão amplo que pode significar tudo.

Quanto à compreensão desses governos como autoritários, ela parte de uma concepção elitista, minimalista, procedimental e a-histórica de democracia, na qual um padrão de instituições e relações entre elas deve ser replicado em todos os países e em todos os tempos. Trata-se do *mainstream* da teoria democrática contemporânea. Se desconsidera nessas abordagens a “demodiversidade” espacial e temporal que sempre existiu, e que está em vias de extinção exatamente por visões como essa (Santos, Avritzer, op. cit.). E se afasta da concepção histórica da democracia como o governo do povo, das maiorias, potencialmente e quase consequentemente dos pobres, na direção de uma ideia da “democracia” como disputa regulada entre elites ou na melhor das hipóteses entre grupos (se o autor é respectivamente elitista ou pluralista).

Estudar nossas democracias se apresenta como uma reflexão ainda mais complexa num momento em que boa parte delas passa por um momento crítico. O que parecia ser um

pressuposto da transitologia e da consolidologia – haveria um ponto de não retorno no qual as democracias se estabilizam, ponto no qual elas se aproximariam numa escala evolutiva de seus referentes do Norte – vem se mostrando questionável. E O’Donnell (2004), um dos grandes referentes daquela literatura, desenvolveu muito cedo essa crítica (que no seu caso era autocrítica) ao afirmar que as democracias da região encontram institucionalidades próprias, que a literatura da qual foi um dos principais referentes não conseguia observar por estar atravessada por aquela referida teleologia. Não se deveria então assumir que haveria uma direção unívoca que vinha sendo seguida pelas “novas” democracias, e que estas deveriam ser consideradas “em processo de consolidação” enquanto isso. Foi uma reflexão como essa que começou a pôr termo ao debate da transição e da consolidação. Mas que levou ao debate da qualidade: se já temos democracias “estáveis”, porém distintas das democracias “melhores” dos países centrais, devemos entender a partir de quais parâmetros as nossas se distinguem daquelas, e como suas “insuficiências” poderiam ser supridas de modo a torná-las democracias “melhores”. Não é muito difícil imaginar os problemas associados a esse raciocínio – problemas que remetem à colonialidade do saber em nosso campo, e que a aprofundam.

Golpe, novas Modalidades de Golpes

A estabilidade e a institucionalização de parâmetros mínimos do que é democracia dentro da concepção hegemônica de democracia produziram uma sensação de segurança que se mostrou equivocada. Diversos regimes latino-americanos passaram por recentes rupturas democráticas. Com isso, os cientistas políticos da região deverão voltar a debater o que define as autocracias, o que determina a entrada e a saída nesses tipos de regime, como são as novas formas de golpe – e já se pode observar a emergência de novos conceitos para a compreensão desses fenômenos, como “golpe institucional”, “golpe parlamentar”, “neogolpismo”, “golpes do século XXI” (Tokatlian, 2009, 2012; Soler, 2015; Perissinotto, 2016; Miguel, 2017). Para a melhor compreensão dessas transformações que vamos vivenciando, será essencial partirmos de noções contra-hegemônicas, menos eurocêntricas de democracia. Refletir sobre os sentidos e dimensões da democracia se torna ainda mais premente nesse momento em que, para além de pretensas democracias “melhores” e “piores”, teremos que retomar os debates sobre as passagens de democracias a autocracias (e vice-versa), num quadro de golpes institucionais e de seus desdobramentos. Se nenhuma democracia é satisfatória, se toda democracia pode ser democratizada, elas também podem passar (e efetivamente estão passando) por processos de “desdemocratização” (Tilly, 2013).

O que grande parte da literatura da ciência política sobre golpes de Estado apresenta como característica comum é o questionamento da legitimidade ou legalidade do ato (Martínez, 2014). Métodos, justificativas, protagonistas e a temporalidade se alteram, a partir do elemento central da exceção, ou seja, de um momento extra-institucional que é aberto. Os estudos sobre golpes na América Latina ganharam seu primeiro grande impulso com o ciclo de golpes e ditaduras militares a partir da década de 1950, no qual as Forças Armadas adquiriram o papel de protagonistas tanto do ato em si quanto do governo a ser instaurado. Os meios utilizados eram abertamente violentos, num contexto internacional de Guerra Fria. Havia a retirada do poder de titulares legítimos com o argumento de resolução de uma conjuntura caótica pelo estabelecimento de um governo militar de transição.

Como foi dito, grande parte dos Estados latino-americanos viveu nas últimas décadas um ciclo historicamente excepcional de continuidade político-institucional fundada em regimes democráticos. No entanto, mesmo com os processos de redemocratização, houve certa recorrência de quedas presidenciais na região, por exemplo as de Fernando Collor no Brasil (1992), de Carlos Andrés Pérez na Venezuela (1993) e de Abdalá Bucaram no Equador (1997). E mais recentemente começou a se manifestar uma nova forma de ruptura institucional, divergente das mais tradicionais em método e protagonistas. A queda de Manuel Zelaya em Honduras (2009), o impeachment de Fernando Lugo no Paraguai (2012) e o impeachment de Dilma Roussef no Brasil (2016) levaram ao resgate de teorias sobre golpes e a um debate comparativo com os fenômenos ocorridos durante a Guerra Fria.

É importante frisar que as teorias sobre instabilidade presidencial divergem do novo resgate de conceitos relacionados a golpes de Estado, porque se baseiam nas tentativas de se institucionalizar os governos democráticos na região durante o período de redemocratização a partir da década de 1980. Eram cunhados termos como “presidências interrompidas” (Valenzuela, 2004), “caídas presidenciais” (Hochstetler, 2008), ou “remoção do presidente” (Pérez Liñán, 2007), que não são suficientes para entender os fenômenos mais recentes, porque ainda carregam a percepção de um ideal democrático estável, em uma análise da suposta existência de problemas majoritariamente institucionais atribuídos ao presidencialismo na América Latina. De acordo com Soler (op. cit.), os golpes deste século⁵ possuem algumas diferenças substanciais em relação à queda dos presidentes da década de 1990, produzidas no contexto de crise do neoliberalismo. Naquele momento, a instabilidade política pensada a partir do contexto latino-americano não precisaria obrigatoriamente ser

⁵ Ela considera ter havido golpes de Estado contra Jean Bertrand Aristide no Haiti (2004), Manuel Zelaya em Honduras (2009) e Fernando Lugo no Paraguai (2012), e tentativas de golpes contra Hugo Chávez na Venezuela (2002), Evo Morales na Bolívia (2008) e Rafael Correa no Equador (2010).

entendida em chave negativa, mas sim constituinte de um momento crítico na abertura de um processo de mudança social.

A partir dessa perspectiva, incluir a realidade latino-americana nas tentativas de teorização sobre golpe de Estado, preservando sua característica mais central, se torna fundamental para entender a ocorrência recente de tal fenômeno na região. A onda democrática anteriormente mencionada foi marcada por um período de aprofundamento e ampliação da generalização do neoliberalismo em toda a América Latina (Ansaldi, 2014). Tal processo criou um regime democrático em sentido político, mas não econômico e social:

Es decir, las sociedades y economías centroamericanas se han caracterizado por una sistemática exclusión y pauperización de las amplias mayorías populares, que no solo no fue abordada adecuadamente por los acuerdos de pacificación, sino que fue profundizada por las políticas aplicadas en la fase denominada de “democratización” (principalmente los años 90) (Aguilar, 2009, p. 703).

Isso pode se justificar a partir do estabelecimento do neoliberalismo, enquanto prática e teoria hegemônica, atrelado a esse processo de redemocratização. A crise de implementação da lógica neoliberal impulsionou a possibilidade do surgimento de governos de esquerda na região. Além da desigualdade, a crise econômica no período de 1998 a 2002, que colocou as políticas neoliberais sob grande crítica, e o *boom* das commodities depois de 2002, facilitaram à esquerda latino-americana conseguir chegar e manter-se no poder por determinado tempo (Levitsky, Roberts, 2011). Apesar das diferenças que podem ser observadas entre os movimentos, partidos e governos de esquerda, observa-se de maneira evidente a existência de um ciclo (Pereira da Silva, op. cit.). Mesmo os novos golpes de estado são indicativos de que esse ciclo de fato ocorreu, exatamente porque podem ter criado a necessidade de retirada destes governos por parte das elites políticas associadas às classes dominantes que, na possibilidade de sua continuidade ou por conta do simples fato de sua existência, orquestraram uma ruptura político-institucional que pudesse restaurar um novo governo mais diretamente correspondente a seus interesses políticos e econômicos. Soares de Lima (2012) argumenta que o maior incentivo do neogolpismo reside na possibilidade de que um presidente minimamente comprometido com mudanças estruturais no país seja eleito e consiga aplicar tais mudanças dentro dos parâmetros das instituições existentes. Tal é a conjuntura da ocorrência dessa nova modalidade de golpes.

De acordo com Bianchi (2016) os novos golpes tiveram outros protagonistas que não os militares, o que levaria a um alargamento deste conceito de golpe, sendo necessário para uma análise mais aprofundada sobre o fenômeno a identificação dos protagonistas, os meios característicos da ação e os fins almejados. De acordo com o autor,

Os meios são excepcionais, ou seja, não são característicos do funcionamento regular das instituições políticas. Tais meios se caracterizam pela excepcionalidade dos procedimentos e dos recursos mobilizados. O fim é a mudança institucional, uma alteração radical na distribuição de poder entre as instituições políticas, podendo ou não haver a troca dos governantes. Sinteticamente, golpe de estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político.

Tokatlian (2009) utiliza o conceito de “neogolpismo” para argumentar que tal fenômeno é diferente dos golpes tradicionais, porque se caracterizavam pela usurpação ilegal, preconcebida, violenta e repentina do poder por parte das Forças Armadas e setores sociais de apoio. Para ele, o novo fenômeno tem como protagonistas os civis, com o apoio tácito ou uma conivência explícita das Forças Armadas. A violação da constituição do Estado é feita recorrendo a uma violência menos ostensiva, cujo objetivo é preservar uma imagem institucional mínima e resolver um impasse social sem fundar uma nova ordem duvidosa. Por sua parte, Soler (op. cit.) define os “golpes de Estado do século XXI” como ocasiões de crise em que atores do próprio Estado usam de seus mecanismos com o objetivo de mudar o governo. Buscam anular, inibir ou eliminar, de acordo com a correlação de forças e a habilidade em impor uma nova vontade política, um processo em marcha que aparece como uma ameaça à ordem estabelecida, afetando os interesses dos setores econômicos e políticos concentrados nela. São ações que visam substituir os produtores da ordem social, alterando o direcionamento dos processos constituintes originados da crise do neoliberalismo. No conflito entre os poderes Legislativo e Executivo, também características desse fenômeno, os parlamentos funcionavam como “refúgios institucionais” objetivando a reorganização das diferentes posições dos partidos e seus políticos conservadores. O surgimento de uma “ideologia parlamentarista” marcava uma desvalorização do poder Executivo (Salas Oroño, 2010).

Nesta nova modalidade, a violência reacionária e física se torna uma linha auxiliar em comparação com o papel desempenhado pelos grandes meios oligopolizados na construção de narrativas de crise, centrais para a construção de um quase consenso a favor do golpe. Dentre os elementos mais comuns desse discurso estão a ideia de um governo “ilhado” e incapaz de solucionar a “crise”, e a necessidade de colocar fim ao conflito entre “cidadãos da mesma nacionalidade” (Goldstein, 2012). Reduz-se, portanto, os elementos que se encontram escondidos, que são o conflito entre classes e diferentes concepções societárias, pelos discursos de falta de flexibilidade ou de capacidade de direção do Estado por parte do governo vigente, bem como das “exageradas” solicitações dos movimentos sociais. Há uma construção gradual de instabilidade política até que surja um motivo central, um gatilho, um

“acontecimento”: o “mensalão” ou “petróleo” no Brasil, o referendo tentado por Zelaya no Equador, o enfrentamento de Caraguaty no Paraguai. O objetivo é a erosão completa da legitimidade do mandatário antes que o ato seja completado. Os autores do golpe tendem a invocar e fazer uso da opção de uma saída constitucional e levam o governo ao máximo possível de tensão, com o objetivo de apresentar discursivamente a destituição como uma alternativa para a resolução dessa encruzilhada político-social (Soler, op. cit.).

Isso quer dizer que ocorre uma transformação na justificativa, quando consideramos os golpes ocorridos na América Latina no período anterior em comparação com a nova modalidade de golpe. O que visava a legitimação de ações consideradas ilegais passa a buscar demonstrar que a manobra é legal ou constitucional. Tais transformações não mudam o fato de que tal prática segue

En la agenda de las clases dominantes latinoamericanas, que nunca han desaparecido [...] Las Fuerzas Armadas no requieren al menos por el momento, implantar el terror. Los golpes exclusivamente militares, perpetrados por la gran autonomía concedida a las Fuerzas armadas en tiempos de Guerra Fría desaparecen, ceden su lugar a los golpes constitucionales, más limpios y efectivos (Roitman Rosenmann, 2013, p. 200).

Tal característica que remonta ao “efetivo” e ao “limpo” justifica o fato de que o “golpe tradicional” aparece em retrocesso (Martínez, op. cit.). As conspirações contra o poder Executivo têm se sofisticado, apesar de não mudarem seu objetivo central: a queda do chefe do Executivo. Tais atos atuam contra a legitimidade e golpeiam os fundamentos do Estado de direito, atacando a soberania popular.

Em suma, se deve entender então o neogolpismo como formas de golpe legais na aparência, e que buscam seu processamento preferencialmente por meio das instituições vigentes. O ponto principal é que são formas mais processuais e mais sutis no uso concentrado da força, pois é isso o que dificulta sua condenação aberta pela comunidade internacional – e por contraste facilita seu reconhecimento por governos de países centrais que esperaram ou apoiaram essas mudanças de regime. Todos os golpes de Estado necessitaram de uma institucionalidade para legitimá-los antes e depois de sua consecução, e geralmente produzem suas institucionalidades próprias no processo de construção de seu novo regime. O que se reforçou agora é a utilização das instituições vigentes em sua consecução, que depois podem ser mudadas ou não. Características do neogolpismo já apareciam em alguns golpes anteriormente, mas provavelmente nem todas concentradas. O neogolpismo é novo particularmente em perspectiva histórica e em comparação com os casos da América Latina no século XX.

Como se viu, essas novas modalidades de golpe têm sido nomeadas de muitas maneiras. Por exemplo, golpe “brando” ou “branco”, termos que não definem muito mais além de que esses processos buscam ser sutis. Ou golpe “parlamentar”, tomando como um dado central que o Parlamento seria o caminho principal de sua consumação, o que talvez não seja correto dado o papel também central do poder Judiciário em sua posta em prática e reconhecimento, e o próprio caráter de judicialização do processo. Deve-se insistir então que essas são modalidades de “neogolpismo” para marcar suas diferenças com o padrão anterior do subcontinente, e também se poderia defini-las mais precisamente como golpes “institucionais”, dado seu processamento *por meio* das instituições vigentes. Talvez essa insistência nas instituições e nos procedimentos guarde relação com a concepção hegemônica de democracia enquanto nada mais que instituições e procedimentos, e particularmente instituições e procedimentos que devem se reproduzir globalmente de forma acrítica. Desse modo, preservados formalmente certos simulacros de instituições e procedimentos, não se poderia afirmar que a democracia foi abandonada. Nossos neogolpistas afinal aprenderam algo com as concepções hegemônicas eurocêntricas de democracia, impostas a partir dos países centrais às ciências sociais das periferias, mas ao mesmo tempo abraçadas com gosto por estas.

Considerações Finais

O debate sobre democracia entre nós terá que lidar com o reconhecimento de que a ideia de democracias estáveis na região foi superada pela atual conjuntura, de que em muitos casos teremos que lidar com o avanço de diversos tipos de “pós-democracias”, e de que a abordagem meramente institucionalista e formalista do tema não dará conta de seus novos desafios – se tornando ainda mais limitada do que já vinha sendo para compreender nossa realidade. Isso reforça entre nós a secular necessidade de produzirmos reflexões locais para a compreensão e resolução de nossos problemas. Deve-se deprender dessas observações a opção pelo abandono da possibilidade de um debate universalista em torno das democracias e da política em geral? Reconhecer o pluralismo institucional e societário que pode estar contido nas diversas formas de democracias, golpes, autocracias e formas híbridas implica na impossibilidade de se realizar comparações e se de produzir conceitos de alcance universal ou próximo disso?

Não necessariamente. É fundamental buscar o diálogo crítico com a literatura sobre teoria democrática e política em geral, não polarizações infrutíferas. Pode-se aceitar a

premissa de que os regimes políticos do mundo são comparáveis, na medida em que integram um mesmo período histórico e estão atravessados minimamente pelo capitalismo e pela modernidade de um modo geral. Negar isso seria cair no extremo analítico de um relativismo que levaria a uma compreensão fragmentária da realidade, chegando no limite à absolutização radical da alteridade e à impossibilidade de se produzir e acumular conhecimento científico em qualquer sentido. *In extremis*, seria como afirmar, por exemplo, que qualquer coisa poderia ser uma democracia, pois quem somos nós para questionar a classe dirigente do país X se eles insistem categoricamente que são uma democracia – e a melhor que poderia haver?

Reconhecer que a ciência política e as ciências sociais em geral são hegemônicas por uma visão restrita do que é democracia e seu “combo” institucional, atravessada por uma relação de dependência entre um centro e uma periferia acadêmica deve levar à busca de uma complexificação conceitual, historicizante e interdisciplinar do nosso campo de estudos – mas não à sua potencial implosão em fragmentos incomunicáveis. Espera-se então que reconhecer e buscar superar a dependência epistêmica em nossa área e a de(s)colonização do saber de um modo geral, através da produção de conceitos e ideias próprias, não implique necessariamente na proposição de um relativismo em moldes “pós-modernos”.

Referências

AGUILAR, Carlos. *¿Cómo y por qué del Golpe de Estado en Honduras?: La sinopsis de un proceso de pacificación y democratización fallido en la región*. San Salvador: DCEfYs-UCA, Universidad Centroamericana José Simeón Cañas, 2009.

ALCÁNTARA, SÁEZ, Manuel. “Luces y sombras de la calidad de la democracia en América Latina”. *Quórum*, n. 22, 2009.

ALTMAN, David, PÉREZ-LIÑAN, Aníbal. “Assessing the Quality of Democracy: Freedom, Competitiveness, and Participation in Eighteen Latin American Countries”. *Democratization*, v. 9, n. 2, 2002.

ANSALDI, Waldo. “De la vox populi, vox deus, a la vox populi, vox mercatus: la cuestión de la democracia y la democracia en cuestión”. *Estudios*, n. 31, 2014.

BALLESTRIN, Luciana. “Condenando a Terra: desigualdade, diferença e identidade (pós)colonial”. In: Miguel, Luis Felipe (org.). *Desigualdades e democracia: o debate da teoria política*. São Paulo: Unesp, 2016.

BEIGEL, Fernanda. “Centros y periferias en la circulación internacional del conocimiento”. *Nueva Sociedad*, n. 245, 2013.

BEIGEL, Fernanda; SABELA, Hanan. “Introducción”. In: Beigel, Fernanda, Sabela, Hanan (coord.). *Dependencia Académica y profesionalización en el Sur: Perspectivas desde la periferia*. Mendoza: EDIUNC; Rio de Janeiro: SEPHIS, 2014.

- BIANCHI, Álvaro. “O que é um golpe de estado?” *Blog Junho*, 26 mar. 2016. Disponível em <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/> Acesso em: 05/06/2017.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. “Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la ‘invención’ del otro”. In: Lander, Edgardo (comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *Pensamiento periférico: Asia-África-América Latina-Eurasia y algo más. Una tesis interpretativa global*. Buenos Aires: CLACSO; IDEA-USACH, 2014.
- DIAMOND, Larry, MORLINO, Leonardo (eds.). *Assessing the Quality of Democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005.
- DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- GNECCO, Cristóbal. “Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, v. 4, n. 1, 2009.
- GOLDSTEIN, Ariel. “Una aproximada periodización de los procesos destituyentes”. *Rebelión*, 16.07.2012. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=153079> Acesso em 05/06/2017.
- HOCHSTETLER, Kathryn. “Repensando el presidencialismo: desafíos y caídas presidenciales en el Cono Sur”. *América Latina Hoy*, n. 49, 2008.
- LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.
- LEVINE, Daniel, MOLINA, José Enrique. “La calidad de la democracia en América Latina: una visión comparada”. *América Latina Hoy*, n. 45, 2007.
- LEVITSKY, Steven, ROBERTS, Kenneth (eds.). *The Resurgence of the Latin American Left*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2011.
- LIMA, Maria Regina Soares de. “Precedente perigoso”. *Observador On-Line*, v. 7, n. 6, 2012. Disponível em: http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/observador/observador_v_7_n_06_2012.pdf. Acesso em 05/06/2017.
- LINZ, Juan J., STEPAN, Alfred. *A transição e consolidação da democracia – a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MAINWARING, Scott, O’DONNELL, Guillermo, VALENZUELA, Samuel (eds.). *Issues in democratic consolidation: the new South-American Democracies in comparative perspective*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1992.
- MARTÍNEZ, Rafael. “Subtipos de golpe de Estado: transformaciones recientes de un concepto del siglo XVII”. *Revista CIDOB d’Afers Internacionals*, n. 108, 2014.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MIGUEL, Luís Felipe. “Brasil: ¿post-democracia o neo-dictadura?” *Revista Taller (Segunda Época)*, no prelo, 2017.
- MOUFFE, Chantal. “Por um modelo agonístico de democracia”. *Rev. Sociol. Polít.*, v. 25, 2005.
- O’DONNELL, Guillermo. *Contrapuntos. Ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización*. Buenos Aires: Punto Sur, 2004.

_____, SCHMITTER, Philippe, WHITEHEAD, Laurence (eds.). *Transitions from authoritarian rule: prospects for democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986.

PEREIRA DA SILVA, Fabricio. *Democracias errantes. Reflexões sobre experiências participativas na América Latina*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2015.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

PERISSINOTO, Renato. “Por que golpe?” Manuscrito, 2016. Disponível em https://www.academia.edu/29221192/Por_que_golpe

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina”. In: Lander, Edgardo (comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ROITMAN ROSENMAN, Marcos. *Tiempos de oscuridad: Historia de los golpes de Estado en América Latina*. Madri: Akal, 2013.

SALAS OROÑO, Amilcar. *La “parlamentarización” de la política en América Latina*. Valencia: Centro de Estudios Políticos y Sociales, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____, AVRITZER, Leonardo. “Para ampliar o cânone democrático”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 2 v., 1994

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, Socialism and Democracy*. Nova Iorque: Harper Colophon Books, 1976.

SOLER, Lorena. “Golpes de Estado en el siglo XXI: Un ejercicio comparado Haití (2004), Honduras (2009) y Paraguay”. *Cadernos Prolam/USP*, 14 (26), 2015.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TILLY, Charles. *Democracia*. Petrópolis: Vozes 2013.

TIRADO, Genara. “Violencia Epistémica y Descolonización del Conocimiento”. *Sociocriticism*, v. XXIV, 1 e 2, 2009.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. “El auge del neogolpismo”. *La Nación*, 24 de junio de 2012. Disponível em <http://www.lanacion.com.ar/1484794-el-auge-del-neogolpismo> Acesso em 13/06/2017.

_____. “Neogolpismo”. *Página/12*, 13 de julio de 2009. Disponível em <http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/subnotas/128159-41146-2009-07-13.html> Acesso em 01/03/2017.

VALENZUELA, Arturo. “Latin American Presidencies Interrupted”. *Journal of Democracy*, v. 15, n. 4, 2004.

Colonialidade do Saber, Dependência Epistêmica e os Limites do Conceito de Democracia na América Latina

Resumo

Esse artigo discute as noções de “democracia” e de “golpe”, a partir de uma reflexão sobre a dependência epistêmica – e consequentemente acadêmica – vivenciada pelas ciências sociais na América Latina, particularmente pela ciência política. Isso será realizado partindo-se de uma abordagem baseada na teoria crítica, entendida de forma ecumênica – o que implica em recolher contribuições analíticas de teorias marxistas, dependentistas, pós-coloniais, pós-estruturalistas, decoloniais, entre outras fontes. Lançaremos mão mais especificamente das noções de colonialidade (do saber) e de dependência (epistêmica). A partir delas, tentaremos entender as limitações das ciências sociais latino-americanas e particularmente da ciência política, de seu espaço e de seu poder analítico – em contraposição a um sistema valorativo do conhecimento baseado numa particular localização geopolítica do saber que se apresenta como “universal”.

Palavras-chave: Democracia; neogolpe; colonialidade do saber; dependência epistêmica.

Colonialidad del saber, dependencia epistémica y los límites del concepto de democracia en América Latina

Resumen

Ese artículo debate las nociones de “democracia” y de “golpe”, desde una reflexión sobre la dependencia epistémica – y consecuentemente académica – vivenciada por las ciencias sociales en América Latina, particularmente por la ciencia política. Eso será hecho por medio de un abordaje basado en la teoría crítica, entendida de forma ecuménica – lo que implica en recoger contribuciones analíticas de teorías marxistas, dependentistas, postcoloniales, post-estructuralistas, decoloniales, entre otras fuentes. Se utilizarán más específicamente las nociones de colonialidad (del saber) y de dependencia (epistémica). A partir de ellas, tentaremos entender los límites de las ciencias sociales latinoamericanas y particularmente de la ciencia política, de su espacio y de su poder analítico – en contrapunto con un sistema valorativo del conocimiento basado en una particular ubicación geopolítica del saber que se presenta como “universal”.

Palabras clave: Democracia; neogolpe; colonialidad del saber; dependencia epistémica.

Coloniality of knowledge, epistemic dependence and the limits of the concept of democracy in Latin America

Abstract

This article discusses the notions of “democracy” and “coup d'état”, from a reflection on the epistemic – and consequently academic – dependence experienced by the Social Sciences in Latin America, particularly by Political Science. This will be done starting from an approach based on critical theory, understood in an ecumenical way – which implies the use of analytical contributions from Marxist, Dependentist, Postcolonial, Poststructuralist, Decolonial and other theoretical sources. More specifically, we will focus on the notions of coloniality of knowledge and epistemic dependence. From these, we will try to understand the limitations of the Latin American Social Sciences and particularly of Political Science, its space and its analytical power – as opposed to a system of knowledge based on a geopolitical location that presents itself as “universal”.

Keywords: Democracy; neo-coup d'état; coloniality of knowledge; epistemic dependence.